

**A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL:
REFLEXÕES A PARTIR DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
EM TAMARANA-PR**

**Pedro Henrique Cremonez Rosa
Valentina Oliveira
Elaine Maria dos Santos**

RESUMO

Este artigo analisa o papel da comunicação como ferramenta de participação social no projeto de extensão "Escola de Gestão: articulando inovação e empreendedorismo como catalisadores de desenvolvimento social e econômico", desenvolvido em Tamarana-PR. Trata-se de um relato de experiência sistematizado, de natureza qualitativa, fundamentado na observação participante e análise documental. A trajetória metodológica seguiu as categorias de descrição informativa, referenciada, dialogada e crítica. Os resultados demonstram que a superação da visão difusionista da extensão em favor de uma interação dialógica permitiu o fortalecimento de redes institucionais e o empoderamento de grupos vulneráveis, como idosos e produtores rurais. Conclui-se que a comunicação, entendida como mediação social, é o eixo que viabiliza a função política e emancipatória da universidade no território.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Comunicação Pública. Participação Social. Diálogo de Saberes.

ABSTRACT

This article analyzes the role of communication as a tool for social participation in the "Escola de Gestão" extension project, developed in Tamarana-PR. It is a systematized experience report, qualitative in nature, based on participant observation and document analysis. The methodological path followed the categories of informative, referenced, dialogued, and critical description. The results demonstrate that overcoming the diffusionist view of extension in favor of a dialogical interaction allowed the strengthening of institutional networks and the empowerment of vulnerable groups, such as elderly women and rural producers. It is concluded that communication, understood as social mediation, is the axis that enables the political and emancipatory function of the university in the territory.

Keywords: University Extension. Public Communication. Social Participation. Dialogue of Knowledge.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a extensão universitária manifestou-se na Inglaterra na segunda metade do século XIX, em Cambridge (1871) e Oxford, por meio de programas formais de cursos voltados para trabalhadores das fábricas e mineradores. Esse modelo de atividades educacionais extramuros, focado inicialmente na difusão de conhecimentos humanísticos e científicos (como literatura e economia política), expandiu-se para os Estados Unidos, onde a "Wisconsin Idea" (1903) consolidou a universidade como fornecedora de especialistas técnicos (technical experts) voltados ao desenvolvimento da tecnologia agrícola regional e ao apoio direto ao governo.

Paralelamente, na América Latina, o Manifesto de Córdoba (1918) na Argentina surgiu como um marco decisivo em defesa da autonomia universitária, da democratização do ensino e do papel da academia como agente de transformação social e política. No Brasil, embora as primeiras manifestações datem de 1911, na Universidade de São Paulo, a oficialização e a regulamentação jurídica desse campo ocorreram por meio do Decreto nº 19.851 de 1931. Este dispositivo autorizava cursos de extensão destinados ao "benefício coletivo", com foco na difusão da atividade técnica e científica dos institutos universitários (Paula, 2013; Fontenele, 2024). A evolução da extensão no território brasileiro pode ser compreendida em três fases principais: a prestação de serviços (década de 1930), focada na difusão de conhecimentos úteis; o assistencialismo (entre 1960 e 1970), marcado por projetos de cunho missionário e executor; e a extensão dialógica (Oliveira; Goulart, 2015). Esta última fase, consolidada na década de 1980 com a redemocratização e a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) em 1987, redefine a extensão como uma "via de mão dupla". Nela, a relação com a comunidade deixa de ser unilateral para se tornar uma troca de saberes acadêmicos e populares, visando a transformação social (FORPROEX, 2012).

Atualmente, a atuação extensionista é regida pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme o Artigo 207 da Constituição Federal (Brasil, 1988). A Política Nacional de Extensão Universitária define a extensão como um "processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade" (FORPROEX, 2012, p. 28). Para que essa interação seja funcional, a comunicação deve ser entendida como um processo de mediação política e social, no qual, como propõe Martín-Barbero (2009), os sujeitos e as tramas sociais

prevalecem sobre os canais técnicos. Sob essa ótica, a gestão pública em municípios de pequeno porte enfrenta desafios que transcendem a escassez de recursos, destacando-se a fragilidade dos canais de comunicação entre o Estado e o cidadão. É nesse cenário que o Programa "Universidade sem Fronteiras (USF), via Projeto Escola de Gestão: articulando inovação e empreendedorismo como catalisadores de desenvolvimento social e econômico" foi desenvolvido em Tamarana-PR. A atuação nesse território justifica-se pelos indicadores de desenvolvimento: enquanto o Paraná apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, Tamarana registrou o índice de 0,611 (IDH Médio), ocupando a 394ª posição entre os 399 municípios do estado (PNUD, 2013; IBGE, 2024). Tais indicadores apontam a urgência de intervenções para reduzir vulnerabilidades locais, alinhando-se à diretriz de Impacto e Transformação Social da Extensão. O presente artigo, portanto, dedica-se a compreender o papel da comunicação como ferramenta estratégica de participação social neste contexto. O estudo analisa como as práticas comunicacionais do projeto Escola de Gestão fortaleceram o engajamento local, identificando as estratégias aplicadas e o papel da universidade enquanto agente mediadora em territórios de pequeno porte.

REFERENCIAL TEÓRICO

A comunicação comunitária como direito e processo dialógico

A comunicação comunitária atua como um motor essencial de transformação social ao se estabelecer como um processo democrático e participativo, conduzido diretamente por movimentos populares e organizações da sociedade civil (Bueno, 2017). Ao contrário dos fluxos de informação tradicionais, ela fundamenta-se na corresponsabilidade e na construção coletiva de discursos que refletem a identidade e as necessidades reais da população. Essa modalidade comunicativa não se limita à transmissão de dados, mas busca democratizar o saber e municiar o cidadão de capacidades que contribuam para sua auto emancipação. Um dos pilares dessa atuação é o fomento ao protagonismo dos sujeitos (Bueno, 2017).

Ao incentivar a problematização da realidade vivida, a comunicação comunitária capacita indivíduos de classes subalternas a deixarem a posição de espectadores passivos para se tornarem sujeitos de sua própria história (Silva; Guedes; Santos, 2017). No campo prático, a comunicação comunitária opera como uma força de mobilização voltada para a conquista e ampliação de direitos de cidadania (Silva; Guedes; Santos, 2017). Ela funciona como uma "contra-comunicação", criando redes independentes que desafiam discursos hegemônicos e

conferem visibilidade a temas vitais, como direitos humanos e justiça social (Bueno, 2017). A utilização estratégica da internet e das redes digitais potencializa esse ativismo, permitindo uma organização horizontal e a disseminação de causas coletivas que buscam interferir na tomada de decisão de instituições públicas e privadas (Luvizotto; Gonzales; Calonego, 2017). Essa prática comunicativa constrói as bases para um modelo de desenvolvimento participativo, priorizando o ser humano e o bem comum em detrimento da lógica puramente mercadológica (Peruzzo, 2017).

Ao fundamentar-se em princípios éticos e na solidariedade, a comunicação comunitária nega a manipulação e busca mudanças efetivas nas condições que preservam a pobreza e a exclusão, visando uma sociedade mais igualitária, solidária e sustentável. Desse modo, o agir comunicativo no cotidiano torna-se o fundamento gerador de uma esfera pública politizada e transformadora (Escudero, 2017). Ao compreender a comunicação como um motor de auto emancipação e cidadania, torna-se evidente que a atuação das instituições de ensino superior deve convergir para esses mesmos princípios. Nesse contexto, a eficácia de projetos extensionistas depende da superação de modelos verticais de ensino, fundamentando-se em uma relação de troca que é, essencialmente, comunicativa e dialógica.

Extensão universitária: do diálogo à transformação

A relação entre a universidade e a sociedade se faz presente quando se ultrapassa a simples entrega de conteúdos para cultivar uma troca real de saberes. Freire (1983) argumenta que a verdadeira extensão é, antes de tudo, comunicação. Para o autor, o extensionista não deve agir como um "invasor cultural" que impõe soluções prontas, mas como alguém que se dispõe ao diálogo com o saber que já pulsa na comunidade. No projeto Escola de Gestão, esse compromisso se materializa na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme assegura a Constituição Federal (Brasil, 1988). Por isso, as ações em Tamarana não começaram com pacotes prontos, mas com uma escuta atenta do território.

Buscou-se mergulhar na cultura local para garantir que a universidade não fosse apenas uma prestadora de serviços, mas uma parceira de caminhada (Freire, 1983; FORPROEX, 2012). Na prática, o comércio e as associações de Tamarana tornaram-se uma nova "sala de aula", onde a hierarquia tradicional dá lugar a um círculo onde os estudantes e a comunidade aprendem juntos (FORPROEX, 2012). A comunicação, nesse contexto, deixa de ser uma ferramenta técnica para virar uma ponte: ela traduz o conhecimento acadêmico em conversas acessíveis que geram

autonomia e autogestão (Freire, 1983). O resultado desse encontro é sentido nos dois lados. O estudante amadurece ao ser provocado pela alteridade, exercendo um protagonismo que os livros sozinhos não ensinam. Ao mesmo tempo, a universidade se renova, recebendo novos aprendizados que retornam do território para dentro das salas de aula (Paula, 2013).

Dessa forma, a extensão universitária, compreendida como prática dialógica e transformadora, reafirma-se como um espaço privilegiado de produção compartilhada de conhecimento e de intervenção social qualificada.

Práticas comunicacionais e o vínculo no território

A análise documental dos registros do projeto em Tamarana (atas, materiais gráficos e registros em redes sociais) revela uma tentativa de estabelecer uma comunicação participativa. Conforme observa Kunsh (2003), a comunicação estratégica nas organizações (neste caso, na interface USF-Prefeitura) serve para integrar objetivos e criar uma cultura de colaboração. As estratégias digitais (WhatsApp e Redes Sociais) funcionam como canais de "retorno rápido", reduzindo a distância institucional. Contudo, a observação participante permitiu notar que a comunicação "face a face" durante as oficinas da Escola de Gestão foi o elemento que consolidou a confiança mútua. A comunicação, portanto, atuou como a dimensão estratégica que transformou o projeto técnico em uma experiência de mobilização social.

METODOLOGIA

Este estudo constitui-se como um relato de experiência sistematizado, de natureza qualitativa que, segundo Mussi, Flores e Almeida (2021), transcende a mera descrição narrativa, exigindo um esforço intelectual de compreensão e análise crítica da vivência. A metodologia fundamentou-se no movimento dialético entre a experiência próxima, caracterizada pela vivência informal e o contato direto no território, e a experiência distante, que envolve a aplicação de marcos teóricos para a construção analítica do conhecimento. O percurso metodológico foi estruturado a partir de três frentes complementares que permitiram a imersão e a posterior reflexão sobre as atividades desenvolvidas em Tamarana.

As etapas iniciais consistiram na observação participante, realizada durante todas as fases do projeto. Essa técnica foi essencial para captar o "sentido da ação" no cotidiano dos sujeitos, garantindo que a comunidade fosse tratada não como um objeto passivo de estudo, mas como coprotagonista do processo de construção do saber. Complementarmente, realizou-se uma

análise documental detalhada, cujo corpus foi composto por 28 registros institucionais produzidos entre junho e dezembro de 2025. O material incluiu: atas de reunião, relatórios parciais e finais, peças gráficas e publicações no perfil oficial do projeto no Instagram.

Os documentos foram acessados por meio dos arquivos digitais salvos na nuvem pelo Google Drive do projeto e selecionados com base no critério de representatividade das ações de mediação e engajamento social. Foram excluídos materiais duplicados, versões preliminares não validadas pela equipe e publicações institucionais de caráter estritamente administrativo sem relação com o território. Por fim, a sistematização crítica dos dados foi organizada seguindo as categorias propostas por Mussi, Flores e Almeida (2021), percorrendo quatro dimensões analíticas. Inicialmente, procedeu-se à descrição informativa, com a caracterização do cenário, público e cronograma. Em seguida, a descrição referenciada buscou sustentar a prática nas diretrizes da Política Nacional de Extensão e na literatura de comunicação pública. A análise avançou para a descrição dialogada, focada no confronto entre os saberes acadêmicos e populares, culminando na descrição crítica, na qual se refletiu sobre os limites, as potencialidades e os impactos reais da mediação extensionista no território paranaense.

RELATO

A sistematização desta experiência fundamenta-se na dialética entre a experiência próxima (a vivência no território) e a experiência distante (o esforço intelectual de análise e fundamentação teórica). A descrição a seguir organiza-se em categorias que buscam transcender o caráter narrativo para alcançar a reflexão científica. O contato inicial com a realidade de Tamarana, em julho de 2025, revelou uma lacuna tecnológica: o mapeamento prévio via Google Maps estava desatualizado, o que impossibilitava um planejamento rígido. Diante dessa limitação informativa, a equipe optou pela observação participante e aplicação presencial de formulários, alcançando 45 respondentes (25 proprietários e 20 funcionários). Essa mudança de percurso constitui uma descrição referenciada na crítica de Freire (2010), que denuncia a extensão como mera "transmissão" ou "entrega" de conteúdos estáticos. Ao priorizar o diálogo no "balcão do comércio", a equipe deixou de ser um "sujeito ativo" que estende o saber para se tornar aprendiz da realidade local, consolidando a interação dialógica prevista pela Política Nacional de Extensão.

Com base no diagnóstico, consolidou-se uma rede institucional composta pela Prefeitura Municipal de Tamarana, pelo Instituto Desenvolve Tamarana (IDT), pela Associação

Comercial e Industrial de Tamarana (ACIT), pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Essa articulação é essencial para que a extensão não seja vista como "assistencialismo religioso" ou "messianismo", mas como uma via de mão dupla que valoriza os saberes da comunidade. As oficinas realizadas entre agosto a novembro - abrangendo áreas de gestão, marketing e confeitaria - foram respostas diretas a demandas validadas por essas lideranças locais. Um exemplo de descrição dialogada ocorreu na atuação junto ao grupo de idosas da Assistência Social. A equipe dedicou três semanas apenas à construção de vínculos e confiança antes da intervenção técnica. Esse processo respeita a "cotidianidade familiar" e a "competência cultural" dos sujeitos, conforme proposto por Martín-Barbero (1997). O ápice foi a oficina de alfabetização digital (uso do PIX) realizada em agosto, que resultou em autonomia e proteção contra fraudes, transformando a comunicação em ferramenta de empoderamento e inclusão social. Em outubro, a atuação expandiu-se para o meio rural, na 1ª Expo Educa Rural, e para o Colégio Estadual Maria Cintra de Alcântara (CEMCA). O atendimento a 28 turmas de estudantes de Ensino Médio e Fundamento II (9º ano) com temáticas sobre mercado de trabalho, comunicação não violenta e comportamento digital contou com 61 graduandos de Administração e Psicologia. Essa prática materializa a interdisciplinaridade e o protagonismo discente, onde o ensino é tensionado pela realidade social, permitindo ao estudante exercer a alteridade.

Encerrando o ciclo, o workshop "Orgulho de SER" voltado aos servidores públicos e a oficina "Tamarana em Ação" voltado a Associação Comercial Industrial de Tamarana (ACIT), reafirmaram o papel da universidade como mediadora do desenvolvimento regional. A sistematização dessa jornada foi levada ao evento acadêmico "Por Extenso", configurando o fluxo de retorno: a oportunidade de elaborar a práxis do conhecimento acadêmico no retorno à universidade, oxigenando o ensino e a pesquisa. A análise crítica do projeto revela que, embora as estratégias digitais (redes sociais e WhatsApp) tenham garantido transparência e comunicação pública, a mediação mais transformadora foi a presença sensível. A experiência confirmou que a comunicação não é um problema de canais técnicos, mas de sujeitos e tramas sociais. Ao extrapolar seus muros e se identificar com a sociedade de Tamarana, a universidade cumpriu sua missão emancipatória, transformando o diálogo em uma ferramenta de articulação coletiva e participação social plena.

CONSIDERAÇÕES

Em suma, as reflexões geradas pelo projeto realizado em Tamarana demonstram que a comunicação atua como a espinha dorsal da extensão, transformando-a de uma simples prestação de serviços em um processo de participação social e empoderamento. A superação do planejamento tecnológico inicial pelo contato direto e presencial confirmou que a universidade deve ser capaz de ajustar suas metodologias às reais "dores" e temporalidades do território. A interação dialógica estabelecida, seja no balcão do comércio, no diálogo com servidores da prefeitura, no meio rural ou nos círculos de artesanato com idosas, provou que a eficácia extensionista depende da renúncia à "invasão cultural" em favor de uma troca horizontal de saberes.

O resultado foi uma transformação de mão dupla: enquanto a comunidade de Tamarana alcançou maior autonomia e inclusão digital, a universidade renovou suas próprias práticas através do fluxo de retorno acadêmico e do exercício da alteridade pelos estudantes. Conclui-se que a comunicação comunitária e pública, quando pautada na escuta ativa e na presença sensível, rompe os muros institucionais e consolida a universidade como uma agente mediadora essencial para o desenvolvimento regional. A experiência reafirma que a verdadeira extensão não é apenas "levar" conhecimento, mas construir coletivamente novos sentidos que promovam a cidadania plena e a justiça social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eder Gonçalves de; ALEIXO, Tayra Carolina Nascimento. **Empreendedorismo e inovação**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2020.
- ALVARENGA, Márcia Regina. Curso de Formação de Extensionista: Desafios e Potencialidades. **Realização**, Dourados, MS, v. 9, n. 17, p. 1-13, 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, mobilização social e cidadania: aprendendo com a vigilância cívica do terceiro setor. **Organicom**, São Paulo, ano 14, n. 26, p. 76-86, 1º sem. 2017.
- CHIARELLO, Ilze Salete. A função dialógica da extensão universitária. **Revista Professare**, Caçador, v. 2, n. 2, p. 80-93, 2013.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e90670, 2020.

DEUS, Sandra de Fátima Batista de. A extensão universitária e o futuro da universidade. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 25, n. 3, p. 624-633, set./dez. 2018.

ESCUDERO, Regina Célia. Comunicação pública, esfera pública e cotidiano profissional: solo de alfabetização política. **Organicom**, São Paulo, ano 14, n. 26, p. 52-63, 1º sem. 2017.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 27, e97067, 2024.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: PROEX/UFAM, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama: Tamarana (PR)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/tamarana/panorama>.

LISBÔA FILHO, Flávio Ferreira. **Extensão Universitária: Gestão, Comunicação e Desenvolvimento Regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus; GONZALES, Natália dos Santos; CALONEGO, Renata. Comunicação e movimentos sociais: a atuação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação na internet. **Organicom**, São Paulo, ano 14, n. 26, p. 110-123, 1º sem. 2017.

MIOLA, Edna; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Abordagens teóricas e definições mínimas na pesquisa em Comunicação Pública: construindo o conceito de Comunicação Pública de Estado. **Organicom**, São Paulo, ano 21, n. 45, p. 19-34, maio/ago. 2024.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 1-22, out./dez. 2021.

OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Patrícia Martins. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, v. 11, n. 3, p. 8-27, 2015.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Pressupostos de boas práticas de relações públicas com as comunidades: relação entre ética, participação e desenvolvimento local. **Organicom**, São Paulo, ano 14, n. 26, p. 19-31, 1º sem. 2017.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>.

SANTOS, Amarilis Cardoso; MOURA, Flávia de Almeida. Protocolo de Comunicação Comunitária voltado aos territórios, às comunidades e aos modos de vida no Maranhão. **Organicom**, São Paulo, ano 20, n. 43, p. 42-57, set./dez. 2023.

SILVA, Marcelo Pereira da; GUEDES, Ellida Neiva; SANTOS, Protásio César dos. Conscientização e participação: as relações públicas comunitárias na construção da cidadania. **Organicom**, São Paulo, ano 14, n. 26, p. 87-98, 1º sem. 2017.

UNIVERSIDADE TIRADENTES. **Como a extensão universitária surgiu no Brasil**. Aracaju: Unit, 08 jun. 2021.